

A FUNDAMENTAÇÃO DO PRIMADO PONTIFÍCIO NA ANTIGUIDADE E A ORIGEM DA UNIVERSIDADE NO MEDIEVO

doi: 10.4025/imagenseduc.v2i1.15807

Sérgio Ricardo Strefling*

* Universidade Federal de Pelotas – UFPel. srstrefling@gmail.com

Resumo: A questão do primado do bispo de Roma, como sucessor de Pedro, é de grande atualidade, não só do ponto de vista religioso, tanto para os católicos como para o ecumenismo, mas também para a política mundial. Pelo fato de papas terem abusado desse primado não se pode negá-lo. Este trabalho pretende relacionar o papado com a origem da universidade na Idade Média. Em 1231, o Papa Gregório IX, através da bula *Parens scientiarum*, confirma a *Universitas magistrorum et scholarium Parisiensium*. A criação das universidades, assim como a construção das catedrais no medievo, demonstram a elevação intelectual e artística deste período.

Palavras-chave: Primado Pontifício. Antiguidade. Universidade. Medievo.

ABSTRACT: THE MOTIVATION IN PRIME PONTIFICAL ANTIQUITY AND THE ORIGIN OF THE MEDIEVAL UNIVERSITY. The question of the primacy of the bishop of Rome as successor of Peter is very timely, not only from religious point of view, both for Catholics and for the ecumenism, but also for world politics, because of the undeniable abuse of this power by the Popes. This work aims to relate the papacy with the origin of the university in the Middle Ages. In 1231, Pope Gregory IX, by means of the bull *Parens Scientiarum*, confirms the *Universitas magistrorum et scholarium Parisiensium*. The creation of the universities, as well as the construction of cathedrals in medieval times, demonstrate the intellectual and artistic elevation of this period.

Keywords: Papal Primacy. Seniority. University. Medieval.

Introdução¹

A liderança do Papa, como sucessor de Pedro, é de grande atualidade, não só do ponto de vista religioso, tanto para os católicos como para o ecumenismo, mas também para a política mundial. Pelo fato de papas terem abusado desse primado não se pode negá-lo. Este trabalho pretende relacionar o papado com a origem da universidade na Idade Média, uma vez que a mesma, enquanto corporações de mestres e alunos, foi denominada pelo Papa Inocêncio III como a *universitas magistrorum et scholarium*. A criação das universidades, assim como a construção das catedrais no medievo, demonstram a elevação intelectual e artística deste período. A *universitas*, mais que qualquer outra instituição, representou o mundo novo que surgia, a consciência de liberdade e novas classes sociais, bem como, a valorização do saber pelo que significava por si mesmo.

A bula *Parens scientiarum* do Papa Gregório IX designa a interferência do papado sobre a Universidade, ao mesmo tempo em que garante certa autonomia e proporciona o debate, inclusive na própria teologia e filosofia. Observe-se que mesmo havendo o compromisso em defender a ortodoxia da fé, no entanto, foi grande o espaço para as discussões sobre a diversidades de teses, veja-se, por exemplo, as posições de Pedro Abelardo, Tomás de Aquino, Duns Scotus, Boaventura, Henrique de Gand e Roger Bacon. Imaginem, no século XIII, a revolução que significou uma cidade como Paris, que contava com 100 mil habitantes e com 5 mil estudantes. Mais ainda, a cidade de Oxford, que contava com 5 mil habitantes e 2 mil alunos. Neste estudo, apresentaremos informações sobre a origem da liderança papal e uma das mais significativas imbricações desta com a sociedade, a saber, a origem da Universidade. Esta relação ainda é atual, pois em muitos países, como também no Brasil, é grande o número de universidades que estão ligadas a Congregação para a Educação Católica da Santa Sé e a Academia de Ciências do Vaticano, órgãos que

¹ Conferência ministrada na II Jornada Internacional de Estudos Antigos e Medievais na Universidade Estadual de Maringá, PR.

assessoram o Papa na área do ensino e no governo da Igreja.

1. O Primado Pontifício

1.1 O significado

Em primeiro lugar, devemos perguntar o que significa ou pode significar a expressão “primado”? Inicialmente, deve-se dizer que significa simplesmente a proeminência que um ostenta sobre os demais. Os tratadistas distinguem três classes de primado: de honra, de ordem ou direção e o de jurisdição. O primado de honra, significa ser o primeiro entre os iguais, por isso pode presidir e falar em primeiro lugar. É o caso do decano do colégio de advogados, cardeais, médicos ou professores. O primado de ordem ou direção, acrescenta o direito de assinalar a ordem do dia e dirigir as deliberações, é o caso, por exemplo, do presidente do Senado. O primado de jurisdição é o exercício do poder supremo para reger ou dirigir os demais súditos, incluindo a possibilidade de legislar, julgar e castigar o não cumprimento da lei (PARDO, 1990, p. 29).

Em segundo lugar, convém lembrar o que significa a expressão pontifício? Pontifício é aquilo que é relativo ou pertence ao pontífice. Os dicionários de línguas nos oferecem diversos significados deste termo, como por exemplo, a dignidade sacerdotal da antiga Roma. Porém, o relevo é dado ao papa, que possui este título desde o século V, chamado de Pontífice romano ou sumo-pontífice. Também os bispos são considerados pontífices. Chamamos também de pontífice a pessoa mais notável de certas classes ou grupos (MICHAELIS, 1998, p. 1662). Cabe aqui lembrar a raiz deste termo, que vem do latim *pons* (nominativo), *pontis* (genitivo) e *ponte*(ablativo)significando algo que permite passar ou atravessar (SARAIVA, 2006, p. 916). Em português escreve-se *ponte* ou *ponti*, e exprime a idéia de ponta (pontiagudo, ápice) ou ponte (passagem). Papa (sec. V) e bispos até hoje (MICHAELIS, 1998, 1662).

Mas afinal, o que significa o primado pontifício? Estamos falando de uma função específica do Papa, nomeado também: o Bispo de Roma, o chefe da Igreja católica, o sucessor do apóstolo Pedro, o vigário de Cristo na terra, o patriarca do Ocidente.

O primado do Papa é de natureza jurídica. O papa não é apenas o primeiro entre iguais. Antes, em virtude se sua primazia, ele tem o

direito de estabelecer exigências, que na obediência da fé devem ser executadas. Seu poder se estende a todos os membros da Igreja. Ele pode tomar decisões que obrigue a toda a Igreja e a cada qual em particular (SCHMAUS, 1983, p. 169).

1.2 A Tradição e os fatos

A Igreja, com sua vida, sua liturgia e sua organização, surgiu primeiro da Tradição e não nasceu dos livros do Novo Testamento, que simplesmente ainda não existiam. Evidentemente que não encontramos nos primeiros anos da vida da Igreja (metade do século I da nossa Era, anos 30 d.C.), ou seja, no período apostólico, um exercício e uma explicitação do primado pontifício que correspondam exatamente às normas jurídicas atuais. Mas o reconhecimento da liderança do Apóstolo Pedro é manifesto desde a investidura do primado por parte de Jesus. Uma coisa é o princípio e outra muito diferente as conseqüências de toda a índole que derivam do mesmo, e que só o tempo pode fazer descobrir progressivamente. Isso ocorre com todos os princípios ou dogmas da Igreja, por exemplo, houve uma evolução progressiva na compreensão da Santíssima Trindade, verdade de fé fundamental para o cristão.

Os apóstolos receberam de Jesus a ordem de ensinar tudo quanto ele lhes comunicara ou revelara. Jesus disse: “Ide, e ensinai!” Foi o que fizeram. Jesus não lhes ordenara escrever ou ensinar por escrito. Mediante a pregação e o magistério, com exemplos e instituições, os Apóstolos começaram a transmitir aquelas coisas que ou receberam das palavras, da convivência e das obras de Jesus, ou aprenderam das sugestões do Espírito Santo. Não esqueçamos que a Igreja inicia no evento de Pentecostes, provavelmente no dia 29 de maio do ano 30. Nem o próprio Jesus lhes deixara nada por escrito. O Evangelho ou o Novo Testamento foi primeiro simplesmente pregado ou anunciado pelos Apóstolos. Deste anúncio pregado oralmente nasceu a Igreja. A primeira geração de cristãos simplesmente não dispunha de um Novo Testamento escrito. O magistério vivo dos Apóstolos e dos que os ajudavam nesta missão valia para eles. E para que o Evangelho se conservasse inalterado e vivo na Igreja, os Apóstolos deixaram como sucessores, os bispos, presbíteros e diáconos. Esta transmissão viva,

Imagens da Educação

realizada na fé, é chamada de Tradição. Ao lado dela existem os fatos, principalmente os martírios sofridos pelos cristãos dos três primeiros séculos de cristianismo. Além do Apóstolo Pedro, crucificado de cabeça para baixo, provavelmente no ano de 67, mais de 20 papas, sucessores de Pedro, foram martirizados entre outras centenas de sacerdotes e milhares de leigos (FISCHER-WOLLPERT, 1998, p. 13). Os paramentos (vestes litúrgicas) vermelhos usados nas solenidades do Espírito Santo e festas dos santos mártires lembram justamente o fogo ou a luz, chama da graça e o sangue derramado pelos mártires(testemunhas) da fé cristã (ROPS, 1988, p. 98-100).

No começo da vida da Igreja, só havia esta grande Tradição. Segundo os entendidos na história da primitiva Igreja, os Evangelhos escritos de Mateus, Marcos, Lucas e João só apareceram uns 30 ou 40 anos depois de Pentecostes, fazendo então parte da Tradição cristã. Nem querendo, os Apóstolos podiam ser como alguns protestantes de nosso tempo, que postulam que tudo se prove só pela Bíblia. Pois a Igreja já era uma realidade viva antes do Novo Testamento escrito. Por isto os Apóstolos transmitindo aquilo que eles próprios receberam, exortam os fiéis a manter as tradições que aprenderam seja oralmente, seja por carta (cf. 2 Ts 2,15) e a combater pela fé o que se transmitiu uma vez para sempre (KLOPPENBURG, 2001, p. 37-38).

A sangrenta perseguição aos cristãos por parte do Império Romano surpreende porque parece contradizer sua habitual política tolerante. As religiões do tempo identificavam-se com os diferentes povos e não era raro acolher no próprio Panteão, deuses de outros povos. O próprio Septímio Severo, tinha em sua capela, em Roma, uma representação de Cristo. Os cristãos, contudo, recusavam taxativamente toda a tentação de sincretismo. Cristo é o único Senhor, a ele somente se devia dirigir o culto de adoração. Neste ponto, os cristãos são inflexíveis. O cristianismo tinha consciência de ser uma religião não nacional, mas universal e monoteísta em sentido absoluto. Os cristãos tinham uma idéia bem clara da nítida separação entre o poder público e a convicção religiosa e exigiram a proteção dos direitos da pessoa humana e sua liberdade de consciência. Não se tratava de uma estratégia, impensável num grupo reduzido sem passado e sem grandes perspectivas futuras, mas de uma consciência

lógica daqueles que propunham uma religião universal formada por membros que se convertiam pessoalmente, rompendo com toda a classe de laços familiares, sociais e culturais. Eles certamente sentiam-se romanos, amavam sua pátria e respeitavam as autoridades legítimas, mas eram conscientes de que não se podia exigir deles nada que fosse contra a sua consciência (DUÉ, 1999, p. 38).

Muitos são os dados e os documentos escritos sobre as perseguições, entre eles, citamos a afirmação de Tertuliano (século II) "o sangue dos mártires é semente de novos cristãos". Esta é uma verdade que leva o Imperador Constantino, além de outras causas a proclamar o Edito de Milão no ano 313 que concede liberdade de culto aos cristãos e a todos que desejam seguir outra religião. Poderia se questionar se era possível manter naquele momento essa liberdade e o que dela necessariamente se deduzia, isto é, a clara e absoluta separação entre religião e política, entre a Igreja e o Estado. Na verdade, os imperadores e os políticos não mantiveram essa atitude. Durante a controvérsia ariana, os imperadores impuseram sua vontade, nem sempre de acordo com a ortodoxia, e no ano 380, o Imperador Teodósio, impôs a todos os cidadãos a religião cristã. O destinatário da perseguição mudou, antes eram os cristãos, agora os pagãos. Inicia-se aqui, um longo processo de dois poderes que compõem uma única sociedade humana, cada qual deverá preservar a sua autoridade para salvaguardar a sua liberdade. Veja-se, que o papado fundamenta-se também em fatos históricos que só poderiam ocorrer desta forma. (DUÉ, 1999, p. 38-39)

Se é verdade que o primado pontifício encontra suas raízes na Tradição oral que vem dos Apóstolos e nos fatos da história, não é menos verdade, que o mesmo se fundamenta nos escritos do Novo Testamento que compõem as Sagradas Escrituras.

1.3 O Novo Testamento

Comparando os quatro Evangelhos e os demais livros do Novo Testamento com outros livros da Antiguidade, verificar-se-á sua posição absolutamente privilegiada e única, do ponto de vista da crítica textual. Não há outro livro que possa apresentar uma tradição literária igual em antiguidade, em publicidade, em universalidade e em constância. O quadro externo no qual os

Imagens da Educação

evangelistas enquadram a vida de Jesus é histórico e harmonioso com todos os outros documentos da história e da arqueologia. A Tradição apostólica deu à Igreja os elementos necessários para discernir os escritos que constituem a lista dos Livros Sagrados. Esta lista se chama *cânon* (palavra grega que significa “regra”). Este cânon das Escrituras Sagradas compreende ao todo 73 escritos, ou seja, 46 livros do Antigo e 27 livros do Novo Testamento. A Igreja acredita que Deus escolheu homens dos quais se serviu fazendo-os usar suas próprias faculdades e capacidades para que, agindo Deus neles e por eles, escrevessem tudo e só aquilo que Deus quisesse. Faz-se mister compreender que para os cristãos a maior revelação é o fato de Deus se fazer homem para falar ao homem e revelar o homem verdadeiro. Acreditam na palavra de Deus, nas Escrituras Sagradas, mas mais do que isto, acreditam no Deus encarnado na pessoa de Jesus Cristo. Neste caso a verdade não é apenas uma idéia, mas é uma realidade (KLOPPENBURG, 2001, p. 45-49).

Na 39ª carta pascal de Santo Atanásio, do ano 367, se menciona por primeira vez a coleção completa dos 27 escritos do Novo Testamento, nem mais, nem menos, exatamente como os temos hoje. Alguns sínodos, como o de Roma no ano 382, sob o Papa Dâmaso, o de Hipona, do ano 393, os de Cartago dos anos 397 e 419, simplesmente confirmam o cânon atual. Também a ratificação do II concílio de Constantinopla, uma carta de Inocêncio I (417), o Decreto Gelasiano (século V) e o Trulano (682) têm a mesma lista, nem mais nem menos. Evidentemente, que se o primado do bispo de Roma tem seus pressupostos na história e na tradição oral, mais ainda, encontra seu fundamento no Novo Testamento, considerado para os fiéis como a palavra divinamente inspirada (KLOPPENBURG, 2001, p. 49-50). Vejamos agora,

a promessa do primado, o significado do nome de Pedro, a oração de Cristo por Pedro, o papel deste com respeito aos demais, a investidura do primado e a transmissão do mesmo, conforme a narrativa bíblica do Novo Testamento.

Uma leitura do Evangelho interessada na situação de Pedro adverte como o conjunto dos fatos prepara e subentende a instituição do primado. São aspectos particularmente significativos: Pedro encabeça sempre a lista dos

Doze (Mt 10; AT 1,13), detendo o primeiro lugar no seio do colégio apostólico; Pedro vem a ser o porta-voz autorizado dos Doze (Mc 10,28; 11,21; Mt 14,28; 15, 15; 16, 15s; 16, 22; 26,33; Jo 6,68; 13,6 etc); junto com Tiago e João, é testemunha privilegiada da ressurreição da filha de Jairo (Mc 5,37), da transfiguração (Mt 17,1), da agonia (Mt 26,37); Jesus trata Pedro como a nenhum outro apóstolo, pregando desde a sua barca (Lc 5,3), hospedando-se em sua casa (Lc 4,38), ordenando que venha a seu encontro andando sobre as águas (Mt 14,28), pedindo que pesque um peixe que contém o pagamento do imposto de ambos (Mt 17,27), lavando seus pés antes que os demais (Jo 13,6), lhe reservando sua primeira aparição (Lc 24,34; Mc 16,7; cf. 1Cor 15,5). No seio do colégio apostólico aparece como protagonista: Pedro é citado 195 vezes em Mc, nos outros três evangelhos 130 vezes, enquanto que João, o mais citado depois de Pedro, o é somente 29 vezes. Sem querer exagerar a importância destes textos, é difícil não discernir neles a intenção de indicar uma missão especial de Pedro. As passagens de especial significado para o primado são as seguintes: Mt 16, 18s; Lc 22, 31s; Jo 21, 15-17 (SANTOS, 1997, p. 29).

Em Mateus (16,16-19), temos o clássico texto bíblico da promessa do primado de Pedro: “Simão Pedro, respondendo, disse: ‘Tu és o Cristo, o filho do Deus vivo.’ Jesus respondeu-lhe: ‘Bem-aventurado és tu, Simão, filho de Jonas, porque não foi carne ou sangue que te revelaram isso, e sim o meu Pai que está nos céus. Também eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei minha Igreja, e as portas do inferno nunca prevalecerão contra ela. Eu te darei as chaves do Reino dos Céus e o que ligares na terra será ligado nos céus e o que desligares na terra será desligado nos céus’”(BÍBLIA DE JERUSALÉM, 1985, p. 1869-1870). Segundo McKenzie (1984), estas palavras são ditas a Pedro como resposta à sua profissão de fé, e esta é atribuída pelo próprio Jesus a uma revelação divina. Nem a palavra grega *Petros*, e, ao que parece, nem o seu correspondente aramaico *Kepha* (“rocha”) eram usados como nome de pessoa antes de Jesus ter chamado assim o chefe dos apóstolos para simbolizar o seu papel na fundação da Igreja. Essa mudança de nome pode ter ocorrido mais cedo (cf. Jo 1,42; Mc 3,16; Lc 6,14). Para a Sagrada Escritura, mudar o nome de alguém é impor-lhe uma nova personalidade, é dar a

entender que daí em diante está incorporada à pessoa uma missão. “Tu és Pedro”, considere-se aqui a imagem empregada: a rocha, a mudança de nome, sempre tão significativo na Bíblia, o jogo de palavras, em aramaico e grego apresenta muita força à luz e no contexto do Antigo Testamento (MACKENZIE, 1972, p. 237).

No evangelho de Lucas (22,31s), encontra-se a oração de Cristo por Pedro e o papel deste com respeito aos demais: “Simão, Simão, eis que Satanás pediu insistentemente para vos peneirar como trigo; eu, porém, orei por ti a fim de que a tua fé não desfaleça. Quando, porém, te converteres, confirma teus irmãos” (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 1985, p. 1972).

Após o relato da ressurreição de Jesus, o evangelho de João (21,15-17) apresenta o texto que a tradição católica reconheceu como a investidura do primado: “Depois de comerem, Jesus disse a Simão Pedro: ‘Simão, filho de João, tu me amas mais do que estes?’ Ele lhe respondeu: ‘Sim, Senhor, tu sabes que eu te amo’. Jesus lhe disse: ‘Apascenta os meus cordeiros’. Uma segunda vez lhe disse: ‘Simão, filho de João, tu me amas?’ ‘Sim, Senhor’ disse ele, ‘tu sabes que te amo’. Disse-lhe Jesus: ‘Apascenta as minhas ovelhas’. Pela terceira vez disse-lhe: ‘Simão, filho de João, tu me amas?’ Entristeceu-se Pedro porque pela terceira vez lhe perguntara ‘Tu me amas?’ e lhe disse: ‘Senhor, tu sabes tudo; tu sabes que te amo’. Jesus lhe disse: ‘Apascenta as minhas ovelhas’” (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 1985, p. 2040).

A transmissão do primado acompanha a duração da Igreja neste mundo, pois não é concebível a Igreja sem o ministério petrino de fundamento, de guia, de unidade, de confirmação na fé, todos elementos essenciais queridos por Cristo, pelo qual, se a Igreja deve ser perene, também o ministério de Pedro, através de uma ininterrupta sucessão, deve estar na Igreja, presente e operante até o fim. Outros textos revelam que os demais apóstolos não se opõem ao primado de Pedro, senão que o aceitam com normalidade, como se aceita a autoridade de um chefe ou cabeça legítimo. Veja-se a eleição de Matias (At 1,15), a pregação do Reino (At 2,14), as primeiras conversões (At 2,37), o comparecimento ante o Sinédrio (At 4,8; 5,29). Em todas estas circunstâncias Pedro se conduz como chefe e cabeça do colégio apostólico. Por outro lado, encabeça a lista dos apóstolos (At 1,13), e sempre nominalmente ainda no caso em que os demais apóstolos sejam

designados só globalmente (At 2,14; 2,37; 5,29). Mesmo Paulo não é uma exceção: quando fala dos Doze põe sempre a Pedro em lugar de destaque (1Cor 1,12; 3,22; 9,5; 15,5), e sobe a Jerusalém para encontrar-se com ele (Gl 1, 18-19). É também muito significativo o fato de que Paulo chame-o pelo nome arameu de Cefas que Jesus impôs e vinculou à sua missão. Mas o mais característico é a atitude adotada por Paulo frente a Pedro por ocasião do incidente de Antioquia (Gl 2, 11ss). De um lado, Paulo não se crê com direito a atrair a missão que recebeu de Cristo com respeito aos gentios; mas, de outro lado, julga essencial a aprovação dos demais apóstolos e muito especialmente de Pedro (SANTOS, 1997, p. 42-43).

1.4. A Patrística

Entende-se a patrística como o conjunto que reúne os grandes debates intelectuais e o desenvolvimento de teses na teologia cristã imbricadas com a filosofia. Este período que inicia na era pós-apostólica, século II, vai até o século VI. Apenas citaremos, indicando o nome e o ano provável do nascimento e morte ou apenas da morte, em ordem cronológica dos diversos Padres da Igreja que fizeram evidentes referências ao primado do bispo de Roma. Alguns foram presbíteros, bispos e papas, outros foram leigos. São eles: Clemente Romano (92), Inácio de Antioquia (cerca de 110), Irineu de Lião (177), Tertuliano (197), Cipriano (248), Atanásio (298), Eusébio de Cesaréia (265-340), Basílio (330-379), Ambrósio (340-397), Optato de Milevi (320-385), João Crisóstomo (358-407), Jerônimo (350-420), Agostinho (354-430), Sirício (399), Inocêncio I (407), Bonifácio I (422), Celestino (432), Pedro Crisólogo (451), Leão Magno (461) e Gelásio I (496). Estes testemunhos do período da patrística são sóbrios, porém são importantes uma vez que demonstram a consciência de que a Igreja de Roma gozava de uma situação especial para a unidade. As famosas expressões *Ubi Petrus, ibi ecclesia*, de Ambrósio, e *Roma locuta, causa finita*, de Agostinho, resumem bem o espírito que estava presente no epistolário deste longo período que une o mundo antigo ao que chamamos de medieval (HAMMAN, 1977, p. 280-291).

O papado, enquanto exercício do cargo espiritual e pastoral do bispo de Roma, deve ser identificado com o exercício do primado desde o século I. A partir do Edito de Milão e da carta

definitória de Gelásio I, é certo que existe um poder temporal dos papas, pois o papas estavam envolvidos nas questões éticas e políticas. No entanto, o papado como o poder temporal de coroar reis e imperadores surge somente com a doação de Pepino, o Breve, no ano de 754 e a coroação de Carlos Magno no natal do ano 800, onde cria-se o Estado Pontifício. Este poder é enfraquecido nos próximos séculos por vários fatores, entre eles, a questão das investidas, onde ambiciosas famílias romanas querem o papado em suas mãos. Em resposta a isto, surge um papa forte e reformador, este foi Gregório VII. Diferente do que se pensa, o papado vai em todos o séculos enfrentar oposição, por exemplo, o exílio de Avinhão, que ocorrerá no século XIV. O Papa Inocêncio III (1198-1216) vai restabelecer no século XIII a autoridade temporal dos Estados Pontifícios (STREFLING, 2002, p. 43-51). É nesta época que os papas usando de sua autoridade apóiam a criação da universidades, embora nem todos os reis e bispos estivessem de acordo. A universidade atual não tem outra referência mais similar do que este fenômeno da educação surgida na escolástica medieval. Passaremos agora, a tratar da Universidade que inegavelmente está ligada ao papado, pelo menos parcialmente, desde a sua origem até os nossos dias. A encíclica *Ex corde ecclesiae* do Papa João Paulo II, publicada em 1990, tratou especialmente deste assunto.

2. A Universidade Medieval

2.1 O método escolástico e as escolas

A filosofia e teologia desenvolvidas no período do século XI ao século XIV compõem o período que chamamos de escolástica. A expressão escolástica, etimologicamente, deriva de *schola* (escola). É o período em que o saber é adquirido nas escolas, através de um orientador ou mestre, o *scholasticus* (o sábio). O saber na escolástica predominantemente não é adquirido na experiência prática, mas é adquirido nas leituras das grandes obras literárias que sintetizavam o saber da época. Somente quem estava livre de preocupações materiais, numa atitude de ócio, daí o termo *scholé* ("ócio" ou ter tempo livre), podia dedicar-se a este método. A escolástica é um fenômeno que abrangeu três culturas: a judaica, a cristã e a islâmica. De diversas formas, com posições divergentes entre os autores, realizam-se as especulações

filosóficas a luz da fé na doutrina revelada. O método escolástico nasceu nas instituições chamadas escolas que mais tarde tornaram-se universidades. Estas escolas dividiam-se em diversos tipos: escolas monacais no Oriente, escolas monacais no Ocidente, escolas presbiterais ou paroquiais, escolas episcopais, escolas palatinas e as escolas dos irmãos da vida em comum (ULLMANN, 2000, p. 31-54).

O método de ensino era basicamente o seguinte: a leitura e o comentário de um determinado texto (*lectio*) e a discussão de problemas abordados (*disputatio*). A *lectio* junto com a *expositio* ficava a cargo do mestre e a *disputatio* contava com a participação também dos discípulos ou alunos. Da *lectio* nasceram os comentários aos textos estudados, geralmente dos Padres da Igreja, mas também dos filósofos antigos, e no século XIII, destaca-se Aristóteles. Da *disputatio* nasceu o gênero literário chamado questões (*quaestiones*). Havia as *quaestiones disputatae* que eram as do cotidiano e as *quaestiones quodlibetales* referidas a disputas especiais que aconteciam duas vezes por ano. Daí surgem os opúsculos e as sumas e também os doutores na medida em que defendiam teses bem argumentadas (*philosophiae doctoris*). Não se pode ocultar que a inteligência do monge Alcuíno de York (730-804) e o empenho do Imperador Carlos Magno (final do século VIII) foram fatores fundamentais para o ressurgimento das escolas, onde era desenvolvido o estudo das sete artes liberais, a saber, o trivium (gramática, retórica e dialética) e o quadrivium (aritmética, geometria, astronomia e música).

2.2 O surgimento das Universidades

Além de outras causas, o renascimento das cidades no século XII e a necessidade de critérios para outorgar licenças diante de tantas escolas e jovens abertos ao saber, suscitaram as *universitas*, a saber, uma corporação de alunos oriundos de diversas partes do mundo e de diversos tipos sociais reunia-se para reivindicar direitos, entre eles, a liberdade para estudar (VERGER, 1973, p. 71).

Datar o surgimento da primeira universidade torna-se difícil, quer por falta de documentos, quer pela necessidade de se definir anteriormente o que se entende por universidade, também porque seria necessário fazer uma censura um tanto arbitrária dentro de um processo de lenta evolução, a fim de

determinar quando uma instituição deixou de ser escola para tornar-se universidade. Há quem considere Salerno como a primeira, pois desde 1050 contava com uma escola de Medicina. Como corporação, a primeira foi Bolonha, que contava apenas com o curso de Direito e só em 1352 conseguiu uma faculdade de Teologia. Paris foi reconhecida por Filipe Augusto em 1200 e pouco depois por Inocêncio III. O primeiro documento de Oxford data de 1214. Pádua é de 1222, Nápoles de 1224, Salamanca de 1228, Montpellier de 1229, Sena de 1246, Coimbra de 1228, Cracóvia de 1364, Heidelberg de 1385. Entre 1200 e 1400, constituíram-se na Europa 52 universidades (DE BONI, 1988, p. 92).

2.3 A universidade de Paris

A Escola de *Notre-Dame* em Paris dá origem, na primeira década do século XIII, a *Universitas magistrorum et scholarium Parisiensium*. Trata-se de um agrupamento de alunos e professores que adquiriram rapidamente o reconhecimento papal. Em 1215, um legado pontifical outorgou-lhes seus primeiros estatutos e privilégios escritos. Mais tarde, o Papa Gregório IX, através da bula *Parens scientiarum*, confirma e amplia solenemente os direitos da Universidade de Paris. Estes privilégios outorgados pelo Papa asseguravam grande autonomia da universidade em relação aos poderes locais, do bispo e do chanceler como também do rei da França (LE GOFF, 2002, p. 577).

Inicialmente a universidade era uma federação de escolas, cada mestre mantendo autoridade sobre seus alunos. Mas estas escolas foram reagrupadas, por cátedras, em faculdades, como por exemplo, faculdade das artes (com o caráter de propedêutica), faculdade de medicina, faculdade de direito canônico e faculdade de teologia. A faculdade mais numerosa era a faculdade das artes e nesta os mestres distribuíam-se, segundo sua proveniência geográfica. Em 1250, surge a figura do reitor, procedente das nações da faculdade de artes. Este cargo prestigioso dava a seu titular uma autoridade limitada, pois era eleito apenas por três meses. A universidade de Paris também é caracterizada pela presença das ordens mendicantes e monásticas. Os dominicanos chegam em 1217 e os franciscanos em 1219. Os monges cistercienses chegam em 1245. A integração desses grupos religiosos de ordens regulares causou conflitos com certos mestres

seculares, entre os anos 1250 e 1256. Estes grupos religiosos formavam o *studium generale*, ou seja eram centros de estudos autônomos e ao mesmo tempo agregados à Universidade. Em 1257 surge o colégio da Sorbonne, inicialmente como uma simples hospedaria para estudantes pobres, aos poucos, tornou-se uma comunidade autônoma, com personalidade própria e vida intelectual específica, sobretudo com a instalação de bibliotecas universitárias. Com estas mesmas características surgem outros colégios por iniciativa de fundadores caridosos (LE GOFF, 2002, p. 578).

2.4 A Universidade de Bolonha

A cidade de Bolonha, assim como outras cidades italianas, destacou-se pelas condições favoráveis de estudo do direito. Trata-se de uma tradição romana que destaca a retórica mesclada com o direito (ULLMANN, 2000, p. 128). A Universidade de Bolonha é outra grande universidade medieval, contemporânea à Universidade de Paris, talvez tenha surgido um pouco antes. Nesta universidade a faculdade mais importante era o direito, tanto o direito civil como o direito canônico, havia também as faculdades de artes, ensinando principalmente, gramática e retórica. A faculdade de medicina só teve seu reconhecimento pelos juristas no final do século XIII. A faculdade de teologia, monopolizada pelas ordens mendicantes, será criada apenas em 1364.

De modo diverso da Universidade de Paris, as faculdades de Bolonha, não foram uma federação de escolas, mas uma organização comunitária só de estudantes. Os primeiros agrupamentos de estudantes ou nações estão documentados desde o final do século XII. A Comuna de Bolonha tentou em vão frear a emergência dessas associações autônomas. Energicamente apoiadas pelo papa, as diversas nações de estudantes acabaram por se reunir, no início do século XIII, em duas universidades: a dos italianos ou citramontanos e a dos estrangeiros ou ultramontanos; à frente de cada uma encontrava-se um reitor eleito anualmente. Os mais antigos estatutos conservados da Universidade datam de 1252. Nesta época, a Universidade obteve o reconhecimento da Comuna no que dizia respeito a seus privilégios fiscais e judiciários. Em troca de apoio, o papa impôs a Bolonha também o sistema de licença, estendendo desta forma, a sua autoridade a uma

Imagens da Educação

instituição até então amplamente laica (LE GOFF, 2002, p. 578).

Considerações finais

Este breve estudo sobre o primado pontifício e a gênese da universidade chama a atenção para o fato de que a pesquisa científica exige uma análise rigorosa. Qualquer julgamento apressado é no mínimo ingênuo. A diversidade de fontes revela-nos que a verdade é inesgotável, porém não é inatingível, pois em meio a tantas contradições, há alguns documentos e muitos indícios do que possivelmente aconteceu. Podemos afirmar com certeza, que sem o trabalho de conservação, cópia e traduções das abadias beneditinas e das diversas ordens religiosas, bem como das universidades do medievo, não se teria na modernidade o acesso a antiguidade clássica, muito menos os avanços de um Copérnico e de um Galileu.

Neste trabalho propõe-se que a relação do papado com a universidade deve ser compreendida dentro de uma relação maior que é a da cultura sacra com a cultura profana. Este problema entre sacro e profano, não deve ser colocado como o conflito entre fé e razão, pois a verdade é que dentro da cultura profana existem elementos de fé e dentro da cultura sacra existem elementos científicos e racionais. No caso, a Universidade nasce da Igreja ou com a Igreja e marcada pelo estudo da Teologia, no entanto, desde o início, constitui-se como a casa da razão, e nisto é uma instituição insubstituível, pois nela, há o espaço e as condições essenciais para a dedicação ao saber. Por isso, valeu a pena apostar nela no século XIII e, indubitavelmente, devemos apostar nela no século XXI.

REFERÊNCIAS

DUÉ, A. **Atlas histórico do cristianismo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

DE BONI, L. **Razão e mística na Idade Média**. Rio de Janeiro: Universita, 1988.

FISCHER-WOLLPERT, R. **Os Papas**. Petrópolis: Vozes, 1998.

HAMMAN, A. **Les Peres de l'Église**. Paris: Brouwer, 1977.

KLOPPENBURG, B. **Fé do cristão católico hoje**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LE GOFF, J; SCHMITT, J. **Dicionário temático do ocidente medieval**. Trad. Hilário Franco Júnior. São Paulo: EDUSC, 2002. v. 2.

MCKENZIE, J. **Dicionário Bíblico**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1984.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

PARDO, J. **La Iglesia de Jesus Cristo**. Madrid: Palabra, 1990.

ROPS, D. **A Igreja dos Apóstolos e dos mártires**. Trad. Emérico da Gama. São Paulo: Quadrante, 1988.

SANTOS, M. **O primado pontifício**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SARAIVA, F. **Dicionário Latino-Português**. 12. ed. Belo Horizonte: Garnier, 2006.

ULLMANN, R. **A universidade medieval**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SCHMAUS, M. **A fé da Igreja**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1978. v. 1.

STREFLING, S. **Igreja e Poder**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

VERGER, J. **Les universités au Moyen Âge**. Paris: Presses Universitaires de France, 1973.

Recebido em: 10 de novembro de 2011.

Aceito em: 19 de dezembro de 2012.